

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	5
EL REGLAMENTO DE LA FISCALÍA EUROPEA Y SU INCIDENCIA EN LOS DERECHOS Y GARANTÍAS PROCESALES (UN ACERCAMIENTO DESDE EL ORDENAMIENTO JURÍDICO ESPAÑOL).	13
<i>María Ángeles Pérez Marín</i>	
I. ENCUADRAMIENTO CONTEXTUAL	14
II. LA FISCALÍA EUROPEA.	17
1. Aspectos generales	17
2. Principios de actuación	19
3. Precisiones sobre la competencia	22
4. La conexión como criterio para concretar la competencia	26
5. La Fiscalía Europea como órgano legal predeterminado.	29
IV. LOS DERECHOS PROCESALES DE LAS PARTES Y LA FISCALÍA EUROPEA. UNA APROXIMACIÓN DESDE EL DERECHO ESPAÑOL	32
1. Contexto previo: condiciones actuales del Ministerio Público en España . . .	32
1.1. La incorporación de la Fiscalía Europea en el actual sistema procesal . . .	36
1.2. La difi cultad de los Fiscales Europeos Delegados en el ordenamiento español	39
2. Una revisión de los derechos y garantías procesales a partir de la intervención de la Fiscalía Europea.	41
2.1. Algunas circunstancias de las víctimas	42
2.2. Breve refl exión sobre los derechos y garantías de los imputados	44
IV. CONCLUSIÓN FINAL	48
Bibliografía Consultada	50

**A TUTELA DA PERSONALIDADE:
A QUESTÃO DO GENOMA HUMANO**

DIREITO, GENOMA E IDENTIDADE: DESAFIOS.....	57
<i>Stela Barbas</i>	
1. Introdução.....	57
2. Genoma e desafios jurídicos.....	58
3. Conclusões.....	62
O DIREITO GENÓMICO HOJE: ANÁLISE DO EUGENISMO E DA DIGNIDADE HUMANA CENTRADO NO PENSAMENTO DE HABERMAS	65
<i>Virgílio Serra de Carvalho</i>	
Introdução.....	66
PARTE I – INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO GENÓMICO E A FUNDAMENTAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	67
1. A Pessoa e a Dignidade Humana.....	67
2. A Fundamentação das Técnicas de Engenharia Genética, aplicáveis ao Ser Humano: da Identidade Pessoal e Genética do Ser Humano.....	71
PARTE II – A PROBLEMÁTICA DO EUGENISMO EM JÜRGEN HABERMAS, FACE AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	74
1. O Progresso das Ciências Genéticas: o Eugenismo em Habermas.....	74
2. O Eugenismo em Habermas face ao princípio da Dignidade Humana....	82
3. Breve Análise Legislativa sobre a problemática do Direito Genómico e das TPMA centrado no Eugenismo.....	86
Conclusão.....	94
Bibliografia.....	95

ESTADO E PODER [JUDICIAL]. A POLÍTICA E O DIREITO

IL POTERE GIUDIZIARIO E LA LEGGE PROCESSUALE PENALE IN ITALIA.....	101
<i>Bruna Capparelli</i>	
1. Genesi della norma costituzionale sul potere giudiziario in Italia.....	101
2. L'amministrazione della giustizia in nome del popolo e la soggezione del giudice soltanto alla legge.....	104

3. Il giudice e la sua indipendenza	116
4. Conclusioni	130

ESTADO, PODER E SEGURANÇA	135
<i>Eduardo Pereira Correia</i>	

Introdução	136
I. O Novíssimo Estado	136
II. A Ancestralidade do Poder	137
III. A Liturgia da Segurança	139
Conclusão	141
Bibliografia	141

A CONSTITUIÇÃO COMO FIM E LIMITE DO PODER POLÍTICO EM DEMOCRACIA

A DESPESA PÚBLICA JUSTA	145
<i>Maria D'Oliveira Martins</i>	

O conceito de despesa pública justa	146
A base do conceito de despesa pública justa é o texto da Constituição	146
O efeito transformador do conceito de despesa pública justa	152
Bibliografia citada	157

O GPRD, OU RGPD COMO EXEMPLO DA TENDÊNCIA DE UM ESTADO FISCALIZADOR DO CUMPRIMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS...	161
<i>Pedro Trovão do Rosário</i>	

A CONSTITUIÇÃO E A REALIDADE

FENOMENOLOGIA QUÂNTICA DA CONSTITUIÇÃO: PROATIVIDADE NORMATIVA, PULSAR DA REALIDADE E MUTAÇÃO	183
<i>Rodrigo Lobato Oliveira de Souza</i>	

I. Introdução	183
II. A bidimensionalidade ser e dever-ser em âmbito constitucional.	186

III. Valência normativa e os quanta das normas constitucionais	190
IV. Atomicidade constitucional e fática. Relacionalidade, círculos, dinâmica e estabilização	194
V. “Salto quântico” e mutação constitucional como trocas gnosiológicas entre “ser” e “dever-ser”	205
VI. Conclusão	213
Referências Bibliográficas	214
NORMATIVIDADE E PERSPECTIVAS SUPRANACIONAIS	219
<i>Nereu José Giacomolli</i>	
1. Necessidade de órgãos jurisdicionais supranacionais	220
2. A integração dos diplomas internacionais no bloco de constitucionalidade e seus efeitos	221
3. Do Controle da Convencionalidade	223
3.1. Controle interno da convencionalidade no Case Brasil	227
3.2. Cases da Corte IDH	228
4. Outras propostas de integração jurídica.	233
5. Bibliografia	235